

Trabalho: numa interface com a vida¹

Work: within an interface with life.

Vespasiano de Abreu da Hora²
Instituto Federal do Maranhão

RESUMO

Este artigo busca apresentar reflexões quanto à necessidade de redução da jornada de trabalho do trabalhador sublevando contra a ética do trabalho, no contexto da sociedade do conhecimento em oposição a uma mentalidade formada na sociedade industrial. A busca pela redução de jornada de trabalho se funda não só pela libertação do trabalhador da jornada exaustiva, sobretudo a valorização da vida nas suas múltiplas dimensões de forma que o ócio, trabalho, e educação estejam para a construção e edificação do ser.

Palavras- chave: Trabalho. Educação. Ócio.

ABSTRACT

This article aims to present reflections on the need to reduce working hours of workers contrasting the work ethic in the context of knowledge society opposed to a mentality formed in the industrial society. The search for the reduction of working hours is based not only on release of worker from the exhaustive journey but especially on providing social appreciation which is determined by multiple dimensions including leisure, work and education which are important for the individual construction.

Keywords: Work. Education. Leisure.

¹ Artigo apresentado em 2006 na mesa redonda do Encontro de Educação promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão 2006. Revisto e ampliado.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Professor da Carreira de educação básica, técnica e tecnológica das IFES. Diretor Geral do IFMA – Campus São Luís Maracanã.

Introdução

Neste artigo, introduzimos a discussão sobre a necessidade de desafiar a ética do trabalho, deslocando o olhar para o tema da redução da jornada de trabalho, de maneira que o ser humano possa dispor de tempo para aprender e desenvolver o ócio criativo, apresentado neste artigo como um dos elementos de desenvolvimento do ser humano. Tanto a natureza do assunto quanto o espaço limitado de um artigo já denota que não temos o propósito, muito menos a ousadia de dar conta de esgotar todas as dimensões que o tema envolve. De modo que, nesta proposição muitas concepções ora consolidadas como verdades absolutas teriam que ser revistas. Dessa maneira, colocamos em questão os objetivos do capital em sua condição concentradora de riqueza. Para uma condição de distribuidor da riqueza, não só na forma de pagador de impostos, pois somos todos contribuintes, mas na adoção da jornada de trabalho de quatro horas e a inclusão de novos trabalhadores para cumprirem as outras quatro horas. Na outra ponta, é imperativo que o Estado adote políticas públicas para incluir não só os aptos para o ingresso no mercado de trabalho, mas também os desocupados sem a menor condição atualmente de serem absorvidos no mundo do trabalho, pois as ferramentas que dispõem são suficientes apenas para manterem-se na desocupação.

Assim, este artigo pretende trazer para debate, algumas questões consolidadas na sociedade e no mundo do trabalho. Dessa maneira ao analisá-las e propor o fio condutor da análise uma síntese superadora ao interdito da formação humana e desenvolvimento pleno desse ser humano, ora sedimentado na ética do trabalho, de modo que o ser humano possa ser visto na sua mais profunda humanidade enquanto sujeito de direitos.

Trabalho, produção, separação entre concepção e execução no processo de trabalho, vivência do ócio criativo, educação para o trabalho, desemprego: a vivência dos trabalhadores e trabalhadoras se entrelaça nos liames traçados por uma sociedade fundada sob a ética do trabalho, a qual vivencia profundas transformações. Tais mudanças angustiam os (as) trabalhadores (as), ao produzirem novas

formas de inserções e exclusões e exigirem alternativas criativas. Quais seriam? Sem pretender respondê-las, as problematizações aqui contidas, pretendem dialogar com os dilemas que nos atordoam.

Feitos esses esclarecimentos, podemos então discorrer sobre o proposto para debate na mesa redonda. Assim, esse tema na forma como disposto TRABALHO, EDUCAÇÃO E ÓCIO, nos remete a pensá-lo separadamente. Porém, essa separação enquanto categorias que explicam aspectos da vida humana e da realidade deveriam ser na vida real, imbricados de modo que configurassem uma totalidade cuja essência exprimisse um direito subjetivo do ser humano.

2 Trabalhadores sob a égide do processo de trabalho da sociedade industrial: partição entre concepção e execução

Na história do capitalismo tem prevalecido o trabalho como o centro de referência social. Assim, estudos têm mostrado que as teias de significados socialmente construídos criaram as condições para a consolidação do capital. De modo que “[...] focar as relações entre trabalho e subjetividade é falar de uma história que permitiu a estruturação de uma sociabilidade atrelada ao trabalho e a uma teia de significados a ele associado. Atrelando trabalho ao trabalhador, essa construção histórica fez do trabalho a segunda pele do trabalhador” (COSTA, 2004, p. 97).

O sentido do trabalho tem sua força marcada também pela dissociação entre criação do produto e seu produtor, como assinalado por Marx, o que produz o sofrimento do trabalhador. Uma segunda fonte de sofrimento é a dissociação entre a partição do saber e do fazer, já que há separação entre a fase da concepção e da produção. Como a vivência do trabalho ocupa a maior parte da vida do trabalhador, e ela não é a maior fonte de prazer, chamamos a atenção para a importância do lazer, do ócio criativo, como uma forma de minorar os efeitos que as dimensões do trabalho trazem aos trabalhadores, dominando o seu tempo, reduzindo as suas oportunidades de convívio com a família e de destinação para o tempo livre, lugar da criação desinteressada onde o ócio criativo se tornaria uma dimensão importante na vida do trabalhador.

Ao incursionar pela história da humanidade e sua relação com o trabalho, verificamos nos séculos XIX e XX uma iniciação precoce do trabalhador. Pois no século XIX na sociedade agrária a iniciação para o trabalho ocorria a partir dos cinco aos seis anos de idade. Já na sociedade industrial no século XX, essa iniciação se deu a partir dos 14 aos 16 anos. Assim, na sociedade industrial, com os crescentes graus de complexidade científica e a durabilidade das profissões, a formação profissional recebida era também duradoura. Tudo isso era consolidado culturalmente como estável e seguro, assim como os empregos eram relativamente duradouros. Essas eram características marcantes do modo de produção desse período. Na sociedade pós-industrial vamos encontrar o contraponto da anterior, pois dentre as características fundamentais podemos apresentar grande número de profissões que nascem e outras tantas que desaparecem, tornando-se a empregabilidade um fator fundamental para ter a possibilidade de ingresso no mundo do trabalho através do emprego.

A formação histórica brasileira se diferenciou do processo das sociedades desenvolvidas, com a formação de um mercado de trabalho heterogêneo, mesclado por uma herança escravagista e tardia regulamentação dos direitos trabalhistas, já no século XX, de tal forma que chegamos ao século XXI, ainda com forte presença de trabalhadores no mercado informal e intensa precarização das relações de trabalho. São esses traços que marcam nosso ingresso na sociedade do conhecimento.

Porém, na sociedade pós-industrial, segundo Pochmann (2006), quando desenvolve sua análise sobre as novidades do trabalho do futuro nos diz que “a inserção no mercado de trabalho está gradualmente postergada ainda mais possivelmente para após a conclusão do ensino superior, com idade acima dos 23 anos de idade”. Essa tem sido a tendência nos países desenvolvidos. Nos países em desenvolvimento como Brasil, esse fenômeno é observado em setor restrito da sociedade (elite econômica), dados os traços desfavoráveis de nossa formação histórica e a persistência de um mercado de trabalho altamente fragmentado e precarizado.

3 Processo de trabalho na sociedade do conhecimento

No final do século XX o mundo experimentou mudanças profundas em diversos planos - econômico, social, ético, político, cultural e educacional. De modo que hoje essa nova sociedade denominada sociedade pós-industrial exige um trabalhador com uma formação integral e não mais especializado, mas capaz atuar em diversas partes da produção e do produto ou nas diversas áreas da empresa, ou seja, criativo, capaz de conceber e executar, convencionalmente chamado de "polivalente" subordinando mais uma vez os sistemas de ensino à necessidade de superação do modelo fragmentado e dual, por uma educação integrada.

Ao analisarmos o *trabalho*, nos deparamos com uma realidade que salta aos olhos. A produção tanto em quantidade como em qualidade atingiu níveis inigualáveis decorrentes dos avanços tecnológicos, os quais, em regra geral, libertaram o homem da força bruta, para um trabalho de baixo esforço físico. Na sociedade do conhecimento, à guisa de uma suposta valorização da participação do trabalhador em todo o processo de produção, há uma tentativa da captura da subjetividade do mesmo em tal processo produtivo. Diferentemente da sociedade industrial em que havia separação entre homens do *saber* (homens da concepção), os quais têm o conhecimento sobre todo o processo de produção, dos bens de consumo, organização, mercado interno e externo, e homens do *saber fazer* (homens da execução), assim, só têm o conhecimento fragmentado do processo de produção, sobretudo daquele em que está diretamente envolvido, busca-se agora o conhecimento sobre toda escala de produção, daí a busca pelo trabalhador polivalente e multifuncional.

Nesse novo processo de trabalho, têm sido cada vez mais comuns os processos de reengenharia de produção, com eliminação de postos de trabalho; quanto mais polivalentes, menor o número de trabalhadores necessários para a execução das tarefas requisitadas na escala de produção.

O nível de exploração e alienação dos trabalhadores não desapareceu; até aumentou. Casos de estresse e morte súbita têm sido registrados pela literatura, inclusive de executivos. Sabemos, contudo, que há níveis diferenciados de exploração assim como de alienação. O que resulta em mais explorados e alienados ou menos explorados e alienados, assim como maior ou menor reação dos trabalhadores. Fato que está diretamente relacionado ao nível de consciência e organização dos trabalhadores desta ou daquela região do Estado ou país. Motivo que tem levado empresas a migrarem para outras regiões e/ou países aonde a resistência dos trabalhadores é menor, podendo assim precarizarem as relações de trabalho, retirarem direitos e praticarem salários mais baixos.

No contexto da sociedade do conhecimento pós-industrial observa-se uma clara disputa internacional entre países no que se refere à divisão Internacional do Trabalho onde,

As nações portadoras do futuro e geradoras de postos de trabalho de *concepção* com maior qualidade e remuneração são aquelas que ampliam os investimentos em tecnologias em bens de serviços de maior valor agregado.

Os demais países tendem a se conformar com as disputas pelo menor custo de produção na feira mundial do trabalho precário e de *execução* protagonizando a volta ao passado, com elevadas jornadas de trabalho, reduzida remuneração e forte instabilidade contratual (POCHMANN, 2011, grifo nosso).

Na sociedade pós-industrial o modelo organizacional passa a exigir um trabalhador com formação ininterrupta (continuada) quer na escola como no trabalho, pois a formação imediatamente anterior não é mais suficiente, necessitando, portanto, de aperfeiçoamento permanente. A empregabilidade¹ e a manutenção dos empregos passam a depender dessa capacitação permanente e essa deve ser preferencialmente de base geral a considerar que as profissões não são mais duradouras como no período industrial.

¹ Empregabilidade compreende a capacidade do trabalhador, mediante a qualificação e requalificação permanente de inserir-se e permanecer no mercado de trabalho, haja vista atingir o status de desejável pelas empresas.

Dos trabalhadores são exigidas habilidades e competências diferenciadas para se adaptar ao perfil de um trabalhador polivalente, multifuncional. Do ponto de vista social, também se requer uma formação humanista e crítica, que evite capturar sua subjetividade e o prepare para repensar sua vida além de uma dedicação tão somente ao trabalho. Esta não seria a moderna requisição posta ao sistema educacional?

3.1 Mundo do trabalho subordinando os sistemas e modelos de ensino

As análises sobre a **educação** vêm nos mostrar que ao longo da história da educação foi se consolidando a institucionalização da preparação do trabalhador, no âmbito da escola. Do que podemos intuir que o mundo do trabalho foi subordinando os sistemas e modelos de ensino, conforme os interesses e necessidades do modelo produtivo.

Ou seja, desde logo foi estabelecida a relação entre educação e trabalho, mas na forma de educação para o trabalho, o que demarcou o campo de educação para a formação técnica do trabalhador, enquanto mão de obra para atender às demandas do mercado capitalista. Logo, em uma sociedade cindida em classes, todo o seu *modus operandi* se dá mediante a luta de contrários, ou seja, hegemonia e contrahegemonia. De modo a prevalecer hoje, em todas as esferas da sociedade enquanto pensamento dominante, o consenso neoliberal. Assim a preparação do trabalhador vem se dando na medida em que vão se caracterizando o que hoje é legítimo e ilegítimo pela sociedade hegemônica pelo capital. Dessa forma, a educação profissional técnica e tecnológica encontra-se subordinada à lógica, interesses e orientação ideológica do capital. Embora o paradigma neoliberal encontre-se em crise, frente ao aumento da desigualdade social.

Frigoto (2007, p. 1131) nos diz ainda que um dos equívocos nas análises da educação brasileira é tratá-la em si mesma e não contextualizada “dentro de uma sociedade cindida em classes, frações de classe e grupos sociais desiguais e com marcas históricas específicas [...]”.

Na relação educação e trabalho percebe-se que até o século XIX, o ensino se destinava a uma minoria, a elite dominante. Contudo, as lutas dos trabalhadores na busca pelo acesso e ampliação das políticas públicas e pela universalização da educação escolar vai alterando essa situação. Dessa maneira, esse contexto vai se modificando e a partir do século XX, vai assumindo uma nova configuração de modo que nesse período rompe-se o limite de acesso à educação como exclusividade da elite para uma popularização, porém, assumindo características distintas, uma para atender a elite dominante e a outra para os trabalhadores, atendendo assim os interesses da nova sociedade em formação - a sociedade Industrial a qual demandava um trabalhador preparado para desenvolver suas atividades laborais. Verifica-se que essa escolarização passou a atender os mais jovens e tendo como foco principal a preparação para o trabalho. No escopo da sociedade do conhecimento pós-industrial, a educação está caracterizada como elemento de ingresso e permanência no trabalho assim como condição da cidadania.

Dessa maneira, a educação passa a figurar no banco dos réus, haja vista sua implicação como *um dos mecanismos*, na reprodução e manutenção da separação do *saber* e *saber/fazer* recorrente na história da educação. Nesse contexto, os trabalhadores do saber/fazer tem vivido a exploração/superexploração, jornada de trabalho exaustiva, baixos salários, o fantasma do desemprego seguido da insegurança colocada no viés da desqualificação/qualificação frenética sustentada na autoculpabilidade do insucesso. Tem-se aqui a exacerbação do individualismo e a imposição de uma competência que, em não sendo alcançada (inclusive a competência para ingressar e permanecer no mercado de trabalho) recai sobre os trabalhadores/as. Contudo, a escola não é um espaço imutável, portanto, é sujeita a mudanças, ou seja, “[...] a escola, em qualquer uma das circunstâncias tanto na forma tradicional, autoritária quanto numa versão democratizada, encerra no seu interior relações conflituosas onde coexistem interesses de manutenção da ordem, isto é, do sistema[...]” capitalista como interesses que questionam o sistema capitalista (HORA, 1998, p. 100). De modo que o ato educativo é um ato político,

o qual deverá estar a serviço da superação da dicotomia entre *saber* e *saber-fazer* conforme se verifica no decorrer desse texto.

Quando se refere - *um dos mecanismos* chama-se a atenção para que não seja atribuída unicamente à educação e à escola a responsabilidade pela separação entre homens/mulheres que *concebem* e homens/mulheres que *executam*. Assim como a superação dessa separação não estará unicamente para elas e sim para um conjunto de fatores sociais.

A tendência presente no papel imposto ao sistema educacional só pode ser revertida na medida em que a sociedade influenciar a política educacional, de tal maneira que a formação para o mercado não seja preponderante sobre a formação para a cidadania.

3.2 Sociedade do conhecimento e ócio criativo

No contexto neoliberal constata-se a exaltação do mercado o qual na dinâmica própria impõe uma competitividade, aumento da produção e do trabalho resultando em alta produtividade. Dessa maneira o pensamento de Paul Lafargue continua atual e poderá embalar uma nova luta, reorganizar a resistência demarcando uma nova fronteira a favor da contra-hegemonia do pensamento ora dominante. Esse pensamento, que esteve na base da redução da jornada de trabalho, contradiz o discurso capitalista de aumento da produção com a superexploração dos trabalhadores.

Leandro Konder, reportando-se a Paul Lafargue, resgata o que foi escrito no famoso panfleto intitulado *O Direito à Preguiça*: “[...] a jornada de trabalho poderia ser substancialmente (segundo ele, reduzida a três horas) caso os avanços tecnológicos fossem usados em benefício dos que trabalham e não em proveito dos que lucram [...]”(KONDER, 2011).

Na sociedade pós-industrial, os avanços tecnológicos são surpreendentes e inimagináveis há 120 anos quando Paul Lafargue escreveu *O Direito à Preguiça*. Mas observa-se que os avanços tecnológicos não se convertem em diminuição das horas de trabalho

como sugerido, pelo contrário, estão servindo como mecanismo de superexploração do trabalhador, diminuição dos postos de trabalho e acumulação de riqueza por poucos como nunca visto.

O que fazem os trabalhadores hoje de modo geral? Têm sua estrutura de trabalho determinada em jornadas predominantemente organizadas em 8 horas diárias, ou seja, 40 horas semanais, para os servidores públicos e militares, e 44 horas para os trabalhadores da iniciativa privada. Excetuando a regra geral, temos os plantonistas com suas folgas compensatórias e os horários corridos de 6 horas ininterruptas, além do que ocorre no inconfessável submundo da exploração, exercida pelos chefes ou gerentes, imediatos do capitalismo.

Esses trabalhadores percebem salários cujos valores variam conforme os níveis de ingresso e posicionamento na hierarquia da estrutura da carreira da instituição empregadora. Embalados pela ética do trabalho, tais trabalhadores (as) são levados ao limite máximo de suas condições para produzirem o máximo. Pelo fetiche da promoção estimulada esforçam-se para obter o lugar de trabalhador de destaque do mês, através da maior produtividade.

Assim, fica estampado nos murais, para que todos internamente e externamente vejam. Quase sempre esse destaque não é realçado com estímulo financeiro ou mudança para um posto superior, pela empregadora, mas visa estimular tão somente a competitividade entre os trabalhadores. Não podemos esquecer os que também buscaram esse lugar de destaque e que tiveram uma produção superior ao seu desempenho convencional.

Igualmente podemos trazer à baila a produtividade exigida pelos organismos avaliadores das universidades que levam à exaustão intelectual seus docentes/pesquisadores (livros, artigos de livros, periódicos, relatórios de pesquisa, trabalhos apresentados em congressos etc.). Envolvidos no seu fazer profissional – ensino, pesquisa, extensão - cada vez mais exigidos pela política avaliativa e metas definidas pelo Ministério da Educação, os professores vem resistindo ao sucateamento das Universidades perpetrado pelos governos neoliberais de Sarney, passando por Collor e Fernando

Henrique Cardoso. Igualmente, tem feito contraponto a políticas que consideram equivocadas como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e o Programa Universidade para Todos - PROUNI, na qual enxergam não uma forma adequada de expansão do ensino superior público de qualidade, mas um favorecimento do ensino privado. O processo de trabalho docente imposto por FHC buscou forçar os docentes/pesquisadores ao frenesi do produtivismo acadêmico, impondo a composição salarial através de gratificações produtivistas, o que foi objeto de lutas sindicais até a sua retirada. No momento, as Universidades continuam submetidas à avaliação do MEC e ao estabelecimento de ranking e a critérios de desclassificação, o que não deixa de funcionar como um mecanismo de pressão sobre os professores para atingir tais metas. Porém, os trabalhadores não dispõem das condições necessárias para o bom desempenho de seu trabalho. Destaque-se, ainda, que uma especificidade do trabalho docente, além da pressão por produção, é o mérito próprio da profissão, do qual às vezes resulte lugar de destaque e de referência nacional/internacional.

Igualmente, trabalhadores que por iniciativa própria empreenderam e empreendem na geração de trabalho e renda, estão em certa medida submersos na mesma lógica competitiva do mundo do capital que subordina o mundo do trabalho em todas as suas dimensões. Assim podemos conceber algumas aproximações como micro e pequenas empresas que nascem e falem muito rapidamente, motivados certamente pelo processo da dinâmica competitiva do mundo capitalista.

Desse modo, podemos intuir que a selvageria desse processo capitalista, tem em processo, gerado o sentimento de fracasso e culpabilização do empregado que não consegue manter-se no emprego, do empregado que não consegue ser destaque de produtividade nas empresas, do micro e pequeno empresário que teve sua iniciativa falida, do professor/pesquisador que não consegue atingir a pontuação necessária para progredir na carreira ou comprometer o programa de pós graduação strictu sensu no qual está inserido.

Dessa maneira teremos uma inversão de Marx (s/d, p. 215), conforme exposto na Crítica ao Programa de Gotha: “de cada qual segundo suas capacidades e a cada qual segundo suas necessidades”. O que vemos é o esforço extremo ou a revelação de capacidades especiais de um trabalhador, para no embalo da ética do trabalho atingir poder, recompensa e reconhecimento. E não conforme as suas necessidades e muito menos o direito ao ócio criativo. Ao tempo dispendido no trabalho, soma-se o deslocamento do trabalhador no trajeto trabalho-casa-trabalho. Ao amanhecer do dia, estará novamente a enfrentar o trânsito estressante para chegar no horário instituído pelo empregador. De tal forma, que ao trabalhador cansado, não resta disposição para vivenciar horas de lazer e ócio após cumprir sua jornada de trabalho.

Nesse contexto, como pode um ser humano se desenvolver plenamente, apreciando a natureza, os belos quadros, as peças teatrais, o engatinhar pueril dos seus, trabalhar no seu tempo do ócio criativo somente pela capacidade de produzir algo, esse algo podendo ser novo brotando de si mesmo. Se lhe é aviltada essa possibilidade, pelas estruturas trabalhistas ora conhecidas e socialmente construídas e edificadas pela ética do trabalho. Na esteira dessa lógica temos os que trabalham de carteira assinada, os informais, os servidores públicos e militares, os desocupados e os que não trabalham (idosos, estudantes, etc.). Não por menos, a Revista Isto É nº 2192 de 16 de nov. 2001, traz a pesquisa de Francisco Alves Filho onde fica demonstrado que a “a maioria das pessoas não sabem lidar com as horas ociosas”. Essa sem dúvida alguma reafirma a tese levantada neste artigo de que somos educados em todos os ambientes de formação, pela ética do trabalho, dessa maneira não somos preparados para o ócio criativo.

3.3 O desemprego na sociedade do conhecimento

Hoje a população mundial soma aproximadamente, sete bilhões de seres humanos. Mas a título de ilustração dos que trabalham e os que não trabalham observa-se, segundo afirmou Domenico De Masi, em seu livro *O Futuro do Trabalho*, que no planeta Terra temos

mais ou menos seis bilhões de seres humanos e destes mais ou menos um bilhão trabalham. Os cinco bilhões que não trabalham são crianças, mulheres e idosos (DE MASI, 2006, p. 13).

Segundo o IBGE, o resultado do Censo 2010 indica 190.732.694 pessoas para a população brasileira em 1º de agosto, data de referência. Na pesquisa de 2009, o IBGE de 2009 revela que os desocupados em 2009 foram 8,4%. Assim considerando essa estimativa faremos alguns exercícios, prospectando um cenário, em que a jornada dos trabalhadores de carteira assinada e correlatos (estatutários, nomeados etc.), fosse de 4 horas de trabalho diário. Assim quantos novos trabalhadores, de carteira assinada/correlata, seriam incluídos? Passando dessa maneira a sujeitos de direitos trabalhistas.

Considerando que a cada ano esses números se modificam, assim o que nos interessa é poder aplicar essa estrutura da população brasileira e sua ocupação na lógica da jornada de 4 horas diárias, baseado nesses dados e a cada novo dado ficará sujeito a essa atualização. Assim, vejamos:

Tabela 1 - População brasileira e sua ocupação.

POPULAÇÃO BRASILEIRA E SUA OCUPAÇÃO	
População que não trabalha	61,4%
Carteira Assinada	18 %
Informais	8,5%
Desocupados	8,4%
Funcionários Públicos e Militares	3,7%
Total	100%

Fonte: IBGE 2009.

Prospectando, se somarmos os trabalhadores informais que correspondem a 8,5% e os que se encontram na condição de desocupados, que equivalem a 8,4%, teremos 16,9%, em números absolutos 32.233.825,28 milhões de pessoas desempregadas que forjam dessa forma, condições de geração de renda e de sobrevivência. Dessa maneira, a título de exercício, se tomássemos os 18% dos trabalhadores de carteira assinada mais 3,7% dos servidores

públicos e militares teríamos 21,7%, o que corresponderia em termos absolutos a 41.388.994,59 em números de pessoas empregadas que têm em regra geral uma jornada de trabalho de 8 horas diárias e reduzíssemos como proposto neste artigo e incluíssemos mais 32.233.825,28 milhões de trabalhadores para cumprirem as 4 horas restantes da jornada de trabalho. Dessa maneira os informais e os desocupados seriam absorvidos com carteira assinada e sobriariam ainda 9.155.169,30 milhões de empregos.

Mesmos sabendo que essa pesquisa revela uma tendência, pois se refere aos principais centros urbanos do país deixando de considerar os bolsões de pobreza e miséria encravados nos Brasis afora, utilizamo-na para este exercício aproximado de uma realidade possível.

Segundo Pochmann (2007)

[...] os 10% mais ricos da população impõem, historicamente, a ditadura da concentração, pois chegam a responder por quase 75% de toda a riqueza nacional. Enquanto os 90% mais pobres ficam com apenas 25%. Independentemente dos padrões de desenvolvimento econômico pelos quais o Brasil passou, prevaleceu a estabilidade na desigualdade de repartição da renda e da riqueza entre seus habitantes. (POCHMANN, 2007, p. 14).

Assim, considerando os dados apresentados pelo IBGE e tendo em vista os avanços das novas tecnologias que têm libertado os homens e as mulheres da força bruta. E se fossem revertidos os benefícios dessas tecnologias em prol dos que trabalham. Assim, poderia se converter na diminuição das horas de trabalho do trabalhador certamente sem prejuízo aos donos dos meios da produção, haja vista a maximização dos lucros decorrentes do uso e benefícios dessas tecnologias.

Dessa maneira se fosse propiciada a esses trabalhadores uma jornada de trabalho de apenas 4 horas por dia sem que houvesse diminuição de salário, pelo contrário recebessem ainda um bônus para que esse trabalhador não fosse à busca de outro posto de trabalho a título de complementação de renda. E fosse garantido

o preenchimento das 4 horas restantes da jornada de trabalho por outro trabalhador. Vemos, então, quantos novos postos de trabalho seriam criados, quantos novos trabalhadores seriam incluídos e quanto tempo sobriaria para o ócio criativo do trabalhador. Não é por menos que hoje a luta pela redução da jornada de trabalho para 6 horas tem destaque na pauta do movimento sindical europeu e brasileiro.

Como referencial de iniciativas de redução da jornada de trabalho e inclusão de novos trabalhadores em função dessa decisão podemos apresentar os países que adotaram redistribuição de renda e trabalho, adotando o regime de meio expediente, dessa maneira possuem as mais baixas taxas de desemprego como: Holanda, 36% da população ativa, na Inglaterra, 22% e nos Estados Unidos, 20% (De Masi, p. 106, 2000).

4 Desemprego, desalienação, ócio criativo, polivalência, educação: desafios para a relação educação e trabalho e para o currículo.

Nesse contexto, remeteria pensar a educação e a escola contextualizada na perspectiva de uma educação básica unitária formando para toda a existência do ser humano, não só para o trabalho como se percebe hoje, mas para a realização plena envolvendo todas as dimensões humanas do ser humano. Uma educação profissional como direito subjetivo do trabalhador o qual na sua totalidade seria educado para *ser*. Totalidade essa que contenha imbricadamente *saber e saber-fazer* e que não haja a dicotomia entre saber e saber fazer.

Por último, ao analisar-se o ócio precisa-se primeiro ter consciência que o termo ócio padeceu e ainda padece dos equívocos conceituais, haja vista a compreensão equivocada do significado do ócio e preguiça como a mesma coisa. Preguiça é uma atitude que retarda o desenvolvimento do *ser humano*. Entenderemos, para efeito desta construção de pensamento, o *ser humano* como sujeito de desejos onde, na sua plenitude estejam presentes as dimensões

educação, ócio e trabalho. Que o ócio só será ócio se for criativo, o que lhe imputa mesmo no seu tempo contrário ao tempo do trabalho, ou seja, o tempo livre, exercer trabalho descomprometido ao trabalho instituído. Para nessa e só nessa condição livre poder ser comprometido com a vida do ser humano. Elevando-se à condição criativa da contemplação, da criação, da reinvenção do saber e saber fazer condição una do ser.

Há na literatura um consenso sobre a importância do ócio para o ser humano, contudo, toda a preparação para a vida tem gravitado em torno do trabalho. Torna-se, portanto, imperioso rever essa posição à luz do tempo para o ócio na mesma medida do tempo para o trabalho, conforme já mencionado anteriormente na perspectiva de uma jornada de trabalho de 4 horas. Daí adviriam inúmeros benefícios sociais, emocionais para a humanidade, assim como a necessidade da reprodução desse novo *modus operandi*.

Ao inferir sobre o ócio é necessário fazê-lo no compasso da espécie humana. Sendo observadas as suas características, evolução e capacidade de adaptação na vida. Assim, quando se observa o que tem prevalecido enquanto tempo de cada um na vida, pode-se para esta análise dividir em três fases: a) infância; b) juventude; e c) adulto.

A infância manifesta-se com predominância para o lúdico período da experimentação, da fantasia da criação o que se dá no universo da cultura regional marcado, sobretudo pelos valores locais. Há de se considerar que com o advento da sociedade da informação essas barreiras tornaram-se ilimitadas aos que a ela têm acesso.

A juventude pode-se caracterizar por um ajuste lúdico diante da fase anterior, em que as brincadeiras, os brinquedos e os jogos tendem a corresponder ao vigor físico atual, à lógica, as táticas e estratégias responsáveis pelo sucesso/insucesso. Percebe-se um elevado grau de responsabilidade se manifestando, diríamos até que o adulto começa a manifestar-se.

Há de se considerar que a forma anteriormente apresentada não se aplicava àqueles cujas infâncias e adolescências foram roubadas, ou seja, àqueles que tiveram de trabalhar muito cedo.

A fase adulta vem carregada de grandes responsabilidades e cobranças, sobretudo do provimento de suas necessidades individuais e coletivas. Nessa fase prevalece o trabalho diante do lazer. Fica evidente que o lazer/ócio/tempo livre depende do tempo do trabalho. E está firmado veladamente na sociedade esse consenso, caso contrário há toda uma construção social punitiva verbalizada por chavões a exemplo: desocupados, preguiçosos, incapazes, que vivem às custas dos outros etc. e olhares e indiferenças igualmente repreensivos.

Mesmo educada para o trabalho, a espécie humana carrega em sua natureza, a dimensão lúdica a qual transcende as idades. E não são raros os momentos fugazes, que mesmo na labuta, são manifestados.

Somos ensinados, segundo Pochmann, a viver em três tempos: *estudar, trabalhar e aposentadoria*. A rigor, o primeiro tempo, tem como predominância o estudo, ou seja, em última análise, a preparação para o trabalho. O que sobra desse tempo (tempo estudo) parte dele é destinado para o lazer direcionado (contido nas atividades escolares). O tempo livre dessa sobra é forjado no arbítrio da força juvenil para o lazer espontâneo; o segundo tempo se dá no exercício desta ou daquela profissão, quer formal ou informal, o que ocupa hoje regra geral oito (8) horas diárias de trabalho restando para descanso apenas as noites, os feriados e os finais de semana. Esgueirado nesse tempo livre, o lazer espontâneo compete com os vícios, fuga às frustrações de uma sociedade que também ensina para o consumo; o terceiro tempo, o trabalhador agora aposentado, passa a dispor de grande quantidade de tempo livre, o qual se educado para todas as dimensões da vida, poderia agora ser utilizado no desenvolvimento e prática do ócio criativo.

Porém, esse tempo privilegiado de sua vida não teve a atenção devida da escola, no processo de formação e não faz parte da construção cultural que em última análise educa os membros das comunidades e sociedade. Esse processo fragmentado do ser humano limitado pelo trabalho precisa ser revisto por outra perspectiva, na qual o processo educativo faça uma interface com

a vida do ser humano compreendendo-o como sujeito de desejos e necessidades e assim deve ser educado.

Essa estrutura - estudar, trabalhar e aposentar está certamente embasada na ética do trabalho, que pressupõe a felicidade e prosperidade dos trabalhadores. Dando, portanto ao trabalho lugar central na vida do ser homem daí construindo o sentimento coletivo e dominante, que o ser humano, através do trabalho ganhará dinheiro, prestígio e poder. Essa ética vem se materializado em forma, organização e ritmo de trabalho a partir do final do século XVIII através da revolução industrial, sua organização produtiva e seus ideólogos. Assim, os trabalhadores foram sendo submetidos a exaustivas jornadas de trabalho que envolviam não só adultos, mas também jovens a partir dos 14 anos de idade. Jornadas essas superiores a quinze horas diárias. Certamente embalados na busca da superação da sua condição anterior, que interditava a conquista da ética do trabalho. Quanto ao declínio da ética do trabalho, a ideia do trabalho como um dever ético do homem está se desintegrando, frente à desagregação das tradições religiosas ou culturas secularizadas, crescimento do consumismo, processos de organização do trabalho que desagregam o fator humano e a degradação do trabalho.

Porém, o que se observa na adoção dessa ética pelos trabalhadores e pela sociedade é a consolidação e aprimoramento da exploração do capital sobre o trabalho do trabalhador. E tornou-se cada vez mais fácil, apesar da luta sindical, na medida em que foi ocorrendo a inculcação dessa ética como valor edificante na humanidade. Assim, na consolidação desse sentimento, a maioria constrói as condições ideais para os benefícios e privilégios de uma minoria.

Uma proposta que não deixa de instar o trabalho docente em suas dimensões de ensino, pesquisa e extensão a dialogar com a sociedade no sentido de questionar a dimensão social da missão da Universidade em sua relação com a sociedade e o mercado na trama de disputa com a formação cidadã e crítica.

5 Dever-ser – à guisa de conclusão

O ser humano historicamente foi e tem sido preparado intensamente para o trabalho, mas de fato quantas horas de trabalho tem esse homem destinado no decorrer da sua vida, que justifique esse grande investimento educacional? Assim, vejamos segundo Domenico de Masi (1999)

[...] um homem de 20 anos tem diante de si pelo menos 60 anos de vida. Traduzido em horas [...] equivalem a 525 mil horas. Se esse mesmo homem [...] *encontrasse trabalho estável até os 60 anos e trabalhasse todo dia* [...] acumularia duas mil horas por ano, ainda assim, no todo, sua experiência não superaria 80 mil horas [...] esse homem destinará parte considerável da vida – digamos, 10 horas por dia - para o sono, aos cuidados do corpo, aos afazeres domésticos. Tudo somado corresponderia a 219 mil horas [...]. (DE MASI, 1999, p. 11).

Assim, observa-se que grande parte do tempo do homem não está vinculada ao trabalho, contudo, a educação tem cuidado predominantemente da dimensão trabalho. Desse modo como foi dito anteriormente, a educação está no banco dos réus e deverá ser julgada e condenada a rever o seu papel social na perspectiva de preparação do ser humano para a vida e não somente para o trabalho.

Dessa maneira, deve-se construir uma sociabilidade do ser humano com teias de significados que criem as condições de uma nova concepção de ser humano em que a plenitude do ser possa na medida justa permitir, no processo educativo, às novas gerações uma centralidade social no *ser humano* onde o ócio, trabalho, e educação estejam para a construção e edificação do *ser*, totalidade da condição humana.

Nessa nova concepção de sociedade a ser construída, espera-se que a escola, um dos espaços de formação, possa contribuir dentro e fora dela ensinando o direito à educação, direito ao ócio, ao trabalho, que a infância seja vivida e não roubada pelo trabalho, e que ócio não dependa do tempo do trabalho, para ser vivido.

Espera-se que essa nova perspectiva de sociedade, esse

novo paradigma humano a ser conquistado e construído, possa contagiar o sujeito político capaz de uma ação revolucionária. Agindo no

[...] 'ser' e 'dever-ser', ou seja, o primeiro como vinculante da ação no âmbito da realidade factual e o segundo na perspectiva do criador [...] o político em ação é um criador, suscitador; mas não cria do nada, nem se move no vazio túrbido dos seus desejos e sonhos. Baseia-se na realidade factual [cria] uma realidade factual, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, 'deve ser' é concreção; mais ainda [...], é unicamente política. (GRAMSCI apud OLIVEIRA 1996, p. 6 -7, grifo nosso).

Na construção dessa nova concepção, é importante que os sujeitos revolucionários dessa luta tomem conhecimentos das reações individuais e coletivas que sofrerão os envolvidos na construção de mudanças, para que possam conduzir adequadamente o processo. Assim, referindo-se em outras perspectivas, contudo, tratando de seres humanos, portanto, aplicável nesta linha de argumentação. C. Hunter (2004, p. 44) diz que “[...] a mudança nos desinstalará, nos tirará da zona de conforto (*comodismo*)¹ e nos forçará fazer coisas de modo diferente [...]”. Quando nossos ideais são desafiados, somos forçados a repensar nossa posição, e isso é sempre desconfortável”, contudo, é sempre um momento magnífico para rever a nossa condição imposta ou consentida. Muitos se contentam em permanecer para sempre paralisados nessa condição; outros buscarão juntar-se em busca de romper os grilhões invisíveis da ideologia imposta. Nesse sentido, é importante nos desafiar continuamente.

Quando perguntado a De Masi, por sua entrevistadora Maria Serena Palieri, sobre educar para o ócio sua ética, estática, sua dinâmica e suas técnicas, “[...] aprender tudo isso é necessário frequentar a escola? Não se pode aprender sozinho?” (DE MASI, 2000, p. 326). De Masi assevera que devemos frequentar a escola e esta certamente deverá estar apta a desenvolver seu papel de formadora nessa nova perspectiva. Fundamenta dizendo que um número

¹ Grifos nossos.

enorme de pessoas vive no contexto urbano-industrial introjetando assim seus ritmos e valores e que a maioria das pessoas não sabe como se divertir, não tem autonomia em suas escolhas e acaba sendo conduzida a pacotes elaborados e seduzidos pela mídia, ou seja, estamos vivendo um momento de oportunidades – maior tempo livre haja vista o aumento da expectativa de vida mundial, contudo, estamos vivendo uma iniciação à subordinação das nossas decisões.

Esse contexto reafirma que a escola ensine o ser humano para as dimensões da vida, onde este deverá aprender para o ócio criativo assim como para o trabalho e que essa totalidade formadora permita que esse homem e essa mulher possam desfrutar intensamente de todos os momentos de suas vidas fazendo suas melhores escolhas. Como afirma Gadotti (2009, p. 109) quando discute a educação integral, é necessário proceder à “[...] religação entre escola e vida”. Vida entendida como uma categoria que explica todas as dimensões possíveis ao ser humano onde nenhuma esteja em detrimento da outra e sim em complemento.

Assim, grandes mudanças deverão ocorrer dentre elas, as opções do futuro quanto a itens fundamentais da vida do ser humano: como a educação, que hoje escolhemos, dentro das nossas condições, têm sido as melhores escolas para que as nossas filhas (os) sejam bem preparados e possam prosperar no mundo do trabalho. Espera-se que as futuras escolhas possam ser por instituições que formem as (os) filhas (os) para a vida enquanto totalidade humana.

Nessa perspectiva aqui desenhada, serão requeridas novas formas de se relacionar com a vida. Para isso, a política educacional desse período deverá corresponder às novas exigências onde a centralidade será não mais o trabalho, muito menos a ética do trabalho, mas o ser humano. O que exigiria a construção de uma política educacional que corresponda às novidades, formadora desse novo alvorecer. De modo que, as novas relações entre trabalho e educação possam dar conta das exigências dessa nova humanidade.

Certamente, serão mudanças substanciais que determinarão decisões na política de Estado, e política empresarial quanto à política econômica, a ser adotada de modo que haja alterações nas

relações entre Estado, sociedade e empresariado na consolidação das condições desse novo momento, de forma a alterar a política educacional.

Podemos a partir dessa nova perspectiva, intuir um *porvir* onde será construído em processo cultural um ser humano aberto, flexível, solidário, tolerante, democrático e crítico capaz de acolher e respeitar as diferentes etnias e gêneros. Que saiba transitar com sabedoria nas dimensões da vida compreendendo cada uma delas, como essenciais para o equilíbrio da existência individual e coletiva do ser humano e a natureza.

No século XXI, percebemos muito claramente o que os dois modelos de sociedade que se confrontaram no século XX, o comunista e o capitalista, não conseguiram dar respostas à sociedade. O “[...] comunismo demonstrou saber distribuir a riqueza, mas não saber produzi-la; o capitalismo demonstrou saber produzi-la, mas não distribuí-la” (DE MASI, 2006, p. 15). Assim, precisamos construir um processo revolucionário que permita uma alternativa que tenha no centro estratégico revolucionário, o ser humano enquanto ser pleno, possuidor de um bem estar sociocultural que preencha as suas necessidades fundamentais enquanto sujeito de direitos e possuidor de uma subjetividade. E que não haja extremos, ou seja, que a capacidade de produção do modelo produtivo do capitalismo esteja para a capacidade de distribuição do comunismo que não haja ilhas de riquezas e muito menos bolsões de pobreza.

Espera-se que nesse *porvir* da humanidade, a considerar a sociedade do conhecimento em definição que haja um aprimoramento tecnológico de tal ordem que possa segundo Domenico De Masi (2006, p. 298) transferir “[...] às máquinas o trabalho cansativo enfadonho nocivo e banal” hoje realizado pelo homem corroborando com essa compreensão e parafraseando Paul Lafargue (2003, p. 45) quando trata da superprodução onde os avanços tecnológicos dos teares libertariam as operárias de tecerem cinco malhas por minuto frente a alguns teares circulares que tricotam em igual tempo trinta mil malhas, daí dizer que essa produtividade e o lucro advindo dos avanços tecnológicos pudessem ser convertidos em benefício

também dos que trabalham. E assim, haveremos de ter um ambiente construído e consolidado culturalmente onde diremos pelo contrário de que o ócio é o pai de todos os vícios e sim, o ócio é pai de toda criação.

Referências

ALVES FILHO, Francisco. Como usar o tempo livre. **Revista Isto É** São Paulo, Editora Três, nov. 2011.

COSTA, Cândida. **Nas Malhas da Instabilidade:** a subjetividade dos trabalhadores públicos em um cenário de mudanças. São Luís, EDUFMA, 2008.

DE MASI Domenico. **O futuro do trabalho:** fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

_____. (Org.). **A sociedade pós-industrial.** 4. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

_____. **1938 – O ócio criativo.** Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica. **Educ. Soc.**, v. 28, n. 100, Especial, 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1991.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil:** inovações em processo. v. 4. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Edição Cidadã).

HORA, Vespasiano de Abreu, **Limites e Possibilidades da Prática Pedagógica Progressista.** São Luís: UFMA, 1998 (Dissertação de mestrado).

HUNTER, James C. **O monge e o Executivo.** Rio de Janeiro: Sextante 2004.

KONDER Leandro. **Elogio do Ócio**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/Konder.htm>>. Acesso em: 10 maio 2011.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Editora Claridade, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Crítica ao Programa de Gotha. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Omega Ltda, [19-?].

MARTINS, Marcos Francisco. **Ensaio técnico e globalização: cidadania ou submissão?** v. 71. São Paulo: Autores Associados, 2000. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

OLIVEIRA, Betty Antunes de. **O trabalho educativo: reflexões sobre paradigmas e problemas do pensamento pedagógico brasileiro** Betty Oliveira. v. 54. São Paulo: Autores Associados, 1996. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

POCHMANN, Márcio. O trabalho em três tempos. São Paulo. **Revista Ciências e Cultura**, v. 58, out./dez. 2006.

_____. **Le Monde Diplomatique**. Ano 1, n. 3, out. 2007. Disponível em:< <http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?d=30>>. Acesso em: 14 out. 2011.

_____. Disponível em:< http://www.revistaforum.com.br/conteúdo/detalhe_matéria.php?codMateria=1570>. Acesso em: 10 maio 2011.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.